

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção

TURISMO SOCIAL:

Um estudo de caso na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC

Dissertação de Mestrado

José Armando Marques Rosa

Florianópolis
2002

José Armando Marques Rosa

TURISMO SOCIAL:

Um estudo de caso na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em
Engenharia de Produção

Orientador: Prof^a Édis Mafra Lapolli, Dra

Florianópolis
2002

José Armando Marques Rosa

TURISMO SOCIAL:

Um estudo de caso na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 8 de maio de 2002

Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph.D
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Édis Mafra Lapolli, Dra Prof^a Ana Maria B.Franzoni, Dra
Orientadora

Prof^a Sônia Maria Pereira, Dra Cláudia Pomar de Souza, M. Eng.

Dedico este trabalho a todos os meus
que me apoiaram neste momento especial.

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
1 Introdução.....	10
1.1 Origem do trabalho.....	10
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 Justificativa e importância deste trabalho.....	11
1.4 Estrutura do trabalho.....	12
2 Fundamentação teórica.....	14
2.1 Conceituação de turismo.....	14
2.2 Turismo e economia.....	14
2.3 Globalização e turismo.....	18
2.4 Desenvolvimento social e gestão local.....	20
2.5 Patrimônio natural e turismo.....	27
2.6 Turismo social.....	29
2.6.1 O turismo social na Europa.....	30
2.6.2 O turismo social no Brasil.....	33
3 Estudo de caso: Costa da Lagoa.....	37
3.1 Caracterização da área.....	37
3.1.1 Caracterização da Ilha de Santa Catarina.....	37
3.1.2 Caracterização da Costa da Lagoa.....	39
3.2 Turismo: a realidade na Costa da Lagoa.....	40
4 Aplicação do questionário e análise dos resultados.....	43
4.1 Considerações iniciais.....	43
4.2 Amostra.....	42
4.3 Modelo desenvolvido.....	44
4.4 Procedimentos.....	44

4.5 Apresentação e análise dos resultados.....	45
4.5.1 Considerações iniciais.....	45
4.5.2 Resultados.....	49
5 Proposição para aplicação do turismo social.....	52
6 Conclusões e recomendações para futuros trabalhos.....	54
6.1 Conclusões.....	54
6.2 Recomendações para futuros trabalhos.....	55
Referências bibliográficas.....	57
Apêndice.....	60
Apêndice 1: Questionário.....	60

Lista de Figuras

Figura 1: Escolaridade dos entrevistados.....	46
Figura 2: Ocupação profissional dos entrevistados.....	46
Figura 3: Participação gestão populares.....	46
Figura 4: Participação em associações.....	46
Figura 5: Proprietário ou locatário.....	46
Figura 6: Permanência na Costa da Lagoa..	47
Figura 7: Turistas – melhora da Costa da Lagoa.....	47
Figura 8: Turistas positivo para você.....	47
Figura 9: Cooperativa dos barcos.....	47
Figura 10: Problemas da Costa da Lagoa.....	47
Figura 11: Resolver os problemas da Costa da Lagoa.....	48
Figura 12: Futuro da Costa da Lagoa.....	48
Figura 13: Resolver através da associação.....	48

Resumo

ROSA, José Armando Marques. **Turismo social**: Um estudo de caso na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC. Florianópolis, 2002. 60f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

O trabalho discute as perspectivas da gestão local do desenvolvimento econômico no Brasil através do turismo, enfocando os tipos de estratégias que vem sendo adotadas e as possibilidades do planejamento social.

Trata-se de um estudo exploratório, com uma parte em pesquisa. A partir da literatura corrente sobre o tema, referenciada em países de capitalismo avançado, da América Latina e do Brasil em particular, evidencia-se duas abordagens de desenvolvimento: uma que se denomina de competitiva e outra social. Em seguida, destaca-se como a problemática do planejamento e desenvolvimento, um dos aspectos chave para a implementação de iniciativas econômicas ou turísticas locais, vem sendo abordada.

A montagem das referências e experiências globais serve de guia para análise de um local no Município de Florianópolis, a Costa da Lagoa, onde os fatores sociais, ambientais e econômicos alavancados através do turismo, estão transformando esta região e os hábitos dos seus moradores.

Palavras-chave: turismo, turismo social, planejamento social.

1 ABSTRACT

ROSA, José Armando Marques. **Turismo social**: Um estudo de caso na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC. Florianópolis, 2002. 60f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

This work discusses the current perspectives of the local management of economic development in tourism in Brazil, focusing the strategies types that are being adopted and the social planning possibilities.

It is an exploratory study, a part in research. From the current literature regarding this theme, taking as reference countries with an advanced capitalism, of Latin American and particularly Brazil, two approaches are made evident, one named “competitive” and other “social”. Then, it is emphasized how the question of planning and development, one of the key aspects for the establishment of local economic enterprises or local tourism, has been treated on the studies in the theme.

The setting of this board of global references is a guide for the analysis a local in Florianópolis City, Costa da Lagoa, where the parts social, ambiental and economics next to tourism, transform this local and the livings.

Key words: tourism, social tourism, social planning.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem do trabalho

Com muito atraso histórico, as elites brasileiras começam a identificar as comunidades locais como um grupo social distinto e, sobretudo, a reconhecê-las como um dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento do turismo.

Em contrapartida, o turismo gera benefícios econômicos para estas comunidades que o exploram, e este retorno pode ser ampliado se houver um comprometimento social com a comunidade, o qual pode manifestar-se sob diferentes formas: conservação do patrimônio cultural local, minimização do impacto ambiental, e ainda, aproveitamento da mão-de-obra local.

Acrescente-se ainda o pensamento de Coriolano (1998, p. 9):

a importância e o significado do turismo no mundo tem crescido de forma tão expressiva que vem dando a esta atividade lugar de destaque na política geoeconômica e na organização espacial, vislumbrando-se como uma das atividades mais promissoras para o futuro milênio.

Barreto (1995) preconiza que o capital resultante do turismo reflète-se na economia. Ocorre uma expansão da urbanização, o incremento das indústrias associadas, fomento da construção política, o aumento da demanda dos produtos locais, a entrada de divisas, uma maior arrecadação de impostos, e ainda, a possibilidade de intercâmbio cultural.

No entanto, há que se considerar que este desenvolvimento que o turismo oportuniza às comunidades locais, não é distribuído de maneira igualitária entre a população local. Rodrigues (1999, p. 29), estabelece que “o vocábulo desenvolvimento não pode ser empregado como sinônimo de crescimento, tampouco regular a distribuição da riqueza

(...), pois o crescimento do PIB - Produto Interno Bruto - não pode ser tomado como referencial único para definir o desenvolvimento”.

Sob estes aspectos, se faz necessária uma análise do fenômeno turismo numa perspectiva sócio-econômica, para compreendê-lo como agente de transformação social.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho visa analisar o fenômeno turismo dentro de uma visão humanística, onde o fator econômico possui um caráter conseqüente, o crescimento e o desenvolvimento do turismo numa visão social são estudados e o meio é ativo e primordial para a sua própria sobrevivência dentro de suas características únicas.

1.2.2 Objetivos específicos

- analisar o fenômeno turismo numa perspectiva sócio-econômica, para compreendê-lo como agente de transformação social;
- discutir as perspectivas da gestão local na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC,
- fornecer subsídios para uma proposta de desenvolvimento do turismo social na comunidade da Costa da Lagoa – Florianópolis/SC.

1.3 Justificativa e importância do trabalho

O conhecimento da realidade permite ao pesquisador intervir no curso dos acontecimentos, seja mediante a formulação de hipóteses ou proposição de reflexões, seja na construção de um novo cenário mais planejado e conseqüentemente mais produtivo. O pesquisador busca, portanto, conhecer a realidade para propor ações, soluções ou simplesmente compreender o fenômeno.

No turismo, o conhecimento da realidade é fundamental para situar o contexto em que se desenvolve a pesquisa, que deverá se processar mediante a sistemática coleta, organização e análise da informação, com a finalidade de compreender o funcionamento do turismo em cada situação específica.

Neste sentido, optou-se por um estudo de caso, no intuito de conhecer a realidade da Costa da Lagoa – Florianópolis/SC, objetivando analisar, sob uma perspectiva social e humanística, esta comunidade que encontra no turismo uma alternativa de subsistência econômica, e em última análise, compreender como o turismo social pode contribuir para o desenvolvimento e preservação do meio e da própria comunidade.

1.4 Estrutura do trabalho

Esta dissertação consta de cinco capítulos distribuídos da seguinte forma:

O capítulo 1, no qual se insere este tópico, introduz a pesquisa, mostrando sua origem, especificando os objetivos, e ainda, apontando justificativa e importância do trabalho.

No capítulo 2, desenvolve-se a Fundamentação Teórica, onde insere-se o pensamento do pesquisador e procura-se avaliar o mesmo com experiências de autores de diferentes países.

Já no capítulo 3, elabora-se um Estudo de Caso na localidade da Costa da Lagoa. Tal pesquisa consta de uma caracterização da área, enfocando ainda sua realidade atual no que concerne à turismo.

No capítulo 4, apresenta-se a elaboração e aplicação de um questionário envolvendo, na sua própria elaboração, o público alvo, a tabulação de dados e a apresentação e análise dos resultados obtidos. Busca-se neste capítulo, a aproximação entre modelo e realidade, no intuito de dirimir as chances de erro nas avaliações efetuadas.

O capítulo 5 oferece uma proposição para aplicação do turismo social.

No capítulo 6, descreve-se as conclusões obtidas na pesquisa, e ainda, as recomendações para futuros trabalhos que possam vir a ser desenvolvidos dando continuidade a este.

Finalmente, toda bibliografia citada e consultada é listada, e é apresentado o anexo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceituação de Turismo

O estudo da temática proposta exige à princípio uma explicitação da compreensão conceitual de turismo. Há quase tantas conceituações de turismo quanto autores que tratam deste tema. No entanto, a complexidade de conceituar turismo conduz determinados pesquisadores à abdicação da tarefa sob a argumentação de que preferem observar seus aspectos parciais ou, pelo menos, algumas de suas realidades isoladas. Como aspecto positivo da conceituação, aponta-se que a variabilidade de conceitos amplia as evidências do fenômeno.

Hunziker e Kraph (apud BENI, 2001, p. 36), em 1942, definiram turismo como:

A soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória.

No entanto, Jafar Jafari (apud BENI, 2001, p. 36) introduziu um conceito holístico de turismo, o qual, diferentemente do primeiro, aborda seus fenômenos, suas relações e seus efeitos na área de origem dos turistas:

É o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.

Acrescente-se ainda, a definição exposta pela OMT – Organização Mundial do Turismo (2000), a qual especifica os limites temporais para a configuração do fenômeno:

O fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

Denker (1998, p. 28) discorda deste conceito alegando que a característica mais relevante do turismo para a OMT seria a mobilidade das pessoas. A autora determina que a definição “muda em função da evolução da atividade”.

No presente trabalho dissertativo adotamos o conceito de Wahab (1991, p. 26) como aquele que melhor expressa este fenômeno que a cada dia proporciona ao contexto global potencialidades de desenvolvimento social e econômico:

O turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e elo da interação entre povos, tanto dentro de um país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada.

Do estudo acerca do conceito de turismo, denota-se que os pesquisadores que têm como objeto de estudo este tema, devem analisar as principais questões influenciadoras do conjunto, e ao decompor as diferentes definições encontradas é necessário que observem o contexto na qual estão inseridas. É importante investigar qual a contextualização histórica, temporal e espacial.

2.2 Turismo e economia

Historicamente a prática turística está relacionada à mobilidade espacial de pessoas, todavia, é somente no século XIX que caracteriza-se como turismo, quando pequenos grupos de viajantes se deslocam usufruindo dos prazeres nos itinerários traçados para conhecer países da Europa. Estes serão os primeiros a serem chamados de turistas. Estes turistas eram na sua maioria pessoas que pertenciam às classes privilegiadas tanto econômica quanto culturalmente (OLIVEIRA, 1998).

Assim, enquanto prática restrita à elites, o turismo era uma maneira de conhecer as paisagens européias por meio de viagens organizadas em *tours* com roteiros pré-estabelecidos e montados de modo a atender uma clientela exigente e culta. A procura de lugares vistos como centros da civilização e da cultura européia, e as viagens ao Novo Mundo Emergente, representado pelos Estados Unidos, são a expressão territorial desta primeira fase da mundialização da atividade turística.

Economicamente, o funcionamento do turismo nessa época já estava associado à comercialização e ao lucro, pois já eram cobrados a hospedagem e o transporte dos participantes, assim como eram oferecidos cupons para cobrir os gastos feitos durante as viagens.

Paralelamente ao processo de mundialização do capital, que a partir das primeiras décadas do presente século ocorre por saltos quantitativos, no sentido da interconexão das economias relevantes no sistema-mundo, o turismo decola rumo à exploração do planeta, e transforma-se em fenômeno social.

O crescimento do turismo em termos de fluxos de pessoas e capitais vai, neste tempo histórico acima representado, estar visivelmente atrelado ao desenvolvimento capitalista e, por este ser impulsionado. Dito de outra forma, a lógica do capitalismo como modo de produção, provocou transformações profundas nas relações sociais, particularmente, no que se refere ao uso do tempo social, que passa a ser dividido em tempo de trabalho e tempo de não-trabalho ou tempo livre. Uma parcela do tempo livre transformou-se em tempo de lazer.

A ocupação do tempo disponível para o lazer em atividades englobadas pelo turismo, que dentro do leque de definições propostas pelos estudiosos, inclui o deslocamento de pessoas para fora do seu espaço cotidiano, faz deste um fenômeno de massa. Assim, especialmente na Europa a partir dos anos 50, as conquistas sociais e o aumento da renda salarial tornam possível a uma parcela crescente da população o uso do tempo livre em viagens de turismo. Ao lado disso, a industrialização e a urbanização passam a ser modelos de territorialização da sociedade, isto é, de criação de novos territórios, em todas as partes do globo.

O modelo de sociedade urbano/industrial estruturada no tripé trabalho-moradia-lazer, faz surgir, entre outras coisas, o desejo de evasão do cotidiano em um número crescente de pessoas que, sujeitas ao ritmo frenético imposto pelas cidades, cada vez mais artificiais, vê na viagem uma maneira de escapar da rotina do trabalho repetitivo, de

recuperar-se física e mentalmente do desgaste causado pelo meio urbano, desfrutar de momentos de liberdade, entrar em contato com a natureza, enfim, viver novas experiências em outros territórios, que não o seu.

É aqui que aparece, então, o componente psicológico, dentre os aspectos motivacionais da viagem e, por extensão, do turismo. O desejo de evasão do cotidiano ganha contornos particulares com o avanço tecnológico, que traz consigo mudanças nas possibilidades de comunicação e transporte, desse modo reduzindo cada vez mais as distâncias entre os lugares. Em maior escala o automóvel e, em menor escala o avião, vão ser os principais veículos da mobilidade territorial da sociedade contemporânea, para fins turísticos. Assim, *cada vez mais, cada vez maior, cada vez mais rápido, cada vez mais longe*, passa a ser o lema do turismo, que torna-se uma complexa e dinâmica indústria, a indústria das viagens.

Segundo Krippendorf (2000, p. 44):

Uma indústria da diversão e do prazer, em expansão permanente, assume de forma completa a necessidade de lazer e férias. É a indústria das agências de viagens, das empresas de transporte por ar, trilho, estrada e água, dos estabelecimentos de diversões, das empresas de construção, dos construtores de casas de campo e de trailers, dos fabricantes de equipamentos para camping e caravanas, dos escritórios de planificação e consultoria, dos conselheiros econômicos e publicitários, dos arquitetos, dos construtores de teleféricos, dos fabricantes de esqui e de roupas, dos vendedores de souvenirs, dos cassinos e parques de diversões, do setor automobilístico, dos bancos, dos seguros, etc. Uma indústria que tem sua dinâmica própria.

Neste sentido, também no turismo, como em qualquer ramo de negócios, está por trás um poderoso esquema de promoção e marketing, cujo objetivo é vender o produto turístico, para usar uma expressão comum na linguagem dos profissionais do setor. Um produto que encarna as virtudes e os defeitos, encontrados em qualquer mercadoria com mercado de consumo garantido na era da civilização global.

Os fabricantes da mercadoria viagem estão conscientes disso e, prometem satisfação garantida para os que a compram, utilizando um sistema de divulgação cada vez mais sofisticado, onde oferecem muito conforto, muita natureza, descontração e liberdade, enfim, lugares paradisíacos que contrastam com o espaço habitual e banal do turista.

Prova destas assertivas é o marketing turístico desenvolvido pelos promotores de viagem, é o turismo-mercadoria, criado dentro da perspectiva do capital. Com efeito, para compreender o turismo no contexto da sociedade global, é preciso examiná-lo não apenas como fenômeno social mas, sobretudo, como um produto. Assim, para a indústria do turismo a concepção e a colocação do produto turístico no mercado, está bem em sintonia com a propalada globalização.

2.3 Globalização e turismo

O turismo é anterior à chamada globalização. Todavia o envolvimento econômico entre nações data do período das grandes navegações, no século XVI, tendo apresentado grande impulso durante a Revolução Industrial, e mais enfaticamente quando do surgimento do capitalismo.

No entanto, a globalização teve um crescimento exponencial, particularmente, a partir do início dos anos 80, quando começa a etapa mais avançada do processo de internacionalização da economia mundial. Graças ao avanço tecnológico, que traz consigo mudanças nas possibilidades de comunicação e transporte, dessa forma reduzindo as distâncias entre os lugares, o turismo tornou-se uma das alavancas que impulsiona o movimento de milhões de pessoas e milhares de dólares pelo mundo todo.

Ianni (1996, p. 169), melhor sintetiza o mundo pós-globalização:

O mundo com a globalização transformou-se em um território de todo mundo. Tudo se desterritorializa e reterritorializa. Não somente muda de lugar, desenraíza-se circulando pelo espaço, atravessando montanhas e desertos,

mares e oceanos, línguas e religiões, culturas e civilizações. As fronteiras são abolidas ou tornam-se irrelevantes ou inócuas, fragmentam-se ou mudam de figura, parecem mas não são. Os meios de comunicação, informação, transporte e distribuição, assim como os de produção e consumo agilizam-se universalmente. As descobertas científicas, transformadas em tecnologias de produção e reprodução material e espiritual, espalham-se pelo mundo. A mídia impressa e eletrônica, acopladas à indústria cultural, transforma o mundo em paraíso das imagens, vídeo-clipes, supermercados, shopping centers, Disneylândias.

Benevides (apud RODRIGUES, 1996, p. 64) estabeleceu com muita propriedade a correlação entre globalização e turismo:

O turismo tem se constituído na atividade econômica de maior peso e dinamismo na economia mundial e, em suas outras dimensões (política, cultural e comportamental), tem-se caracterizado como uma das relevantes expressões da modernidade, no que se refere aos valores ideológicos e aspirações nele veiculados e aos mecanismos tecnológicos que o viabilizam. Assim, o turismo é uma das evidências significativas da chamada globalização da economia – no que se refere à homogeneização de processos produtivos e organizacionais em todo o mundo – no chamado período pós-modernidade.

Depreende-se então, que o turismo, como atividade sócio-econômica, reflete todo o processo de globalização que vem incorrendo no mundo pós-moderno. A crescente complexidade do fenômeno globalização tornou-se um impulso no processo de desenvolvimento do turismo. Novas estruturas exponenciais permitiram esta conexão: o sistema mundial interligado, o desenvolvimento sem precedentes da tecnologia da comunicação e dos meios de transportes, e ainda, o desenvolvimento de uma nova política internacional.

Neste sentido, faz-se necessário estabelecer uma análise das mudanças de paradigmas que a globalização introduz nas questões relacionadas ao turismo. A globalização desterritorializou-o. Anteriormente desregulamentado, hoje tornou-se alvo do interesse de

governos nacionais, empresas locais e transnacionais. Também, praticamente restrito à Europa e Estados Unidos, expande-se agora vertiginosamente através dos Países do Terceiro Mundo.

As grandes corporações e conglomerados de empresas que operam no setor turístico, com destaque para as redes hoteleiras, empresas de transporte aéreo, operadoras e agências de viagens, atuam de modo dinâmico no processo de formação de um mercado turístico mundial.

A globalização é uma realidade. Neste sentido, o território relevante para a indústria turística é o mundial, que passa a ser em escala crescente a arena concorrencial dos agentes econômicos do turismo internacional.

2.4 Desenvolvimento social e gestão local

A partir dos anos 80, intensifica-se o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento, tanto em Países Europeus, como na América Latina. No Brasil, conjugam-se vários fatores que explicam a emergência do tema, especialmente a crise fiscal do Estado associada aos processos de descentralização, as quais impulsionam uma tendência de valorização dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas.

Tendência esta, também reforçada pelo processo de reconfiguração dos padrões de produção e pelo aprofundamento da internacionalização dos fluxos de capital. Os últimos processos expressam um alto desenvolvimento tecnológico, trazendo no seu bojo um aumento substancial do desemprego de caráter estrutural, o qual pressiona as sociedades locais a buscar alternativas como o turismo social para enfrentar o problema.

Abre-se caminho para o questionamento das abordagens estruturalistas que consideram o Estado Nacional e as grandes empresas como agentes únicos do desenvolvimento econômico, cabendo às esferas locais apenas gestão de equipamentos e serviços

públicos e a regulação de atividades, naquilo que é considerado de seu peculiar interesse. De tal proposição, emerge todo um debate sobre desenvolvimento local e social.

Na realidade, esse termo indica um conjunto variado de práticas e de perspectivas e permite evidenciar questionamentos quanto ao sentido ou sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento e aos atores e espaços de gestão destes. Da literatura sobre o tema, referenciada em países de capitalismo avançado e na América Latina, é possível extrair uma definição genérica do termo que aponta para sua diversidade ou unidade.

Assim, ao se falar de desenvolvimento local, alude-se a práticas que têm como palco a localidade - vista enquanto uma região, cidade, ou outras unidades menores - e como atores/empreendedores organizações e grupos do lugar, estejam eles situados nas esferas pública, privada e/ou mistas.

Seguindo na linha da figuração, observa-se que as peças encenadas por esses atores, as práticas, dizem respeito a gestão ou co-gestão de projetos potencializadores da economia local, visando a geração de emprego e renda, a criação/fortalecimento de pequenas e médias empresas e/ou a implementação de estratégias de integração competitiva no mercado global. Incluem-se também, nesse rol, o fortalecimento de atividades econômicas e de serviços de caráter informal, assentadas em redes de parentesco, vizinhança e outras redes submersas (LOIOLA e MOURA, 1995).

Tal diversidade de práticas e as perspectivas adotadas podem ser melhor visualizadas ao se analisar algumas das abordagens presentes no debate atual. Wolff (1991), por exemplo, afirma que há um novo paradigma em que idéias de comunidade e auto-ajuda substituem o foco dado anteriormente às estruturas econômicas e políticas em escala ampla - as empresas multinacionais, a economia mundial, o Estado burocrático-autoritário, as organizações transnacionais. Retomando as referências da democracia liberal de Toqueville, o autor

aponta como uma tendência recente a incorporação da sociedade civil e do local como elementos fundamentais para se construir um desenvolvimento social sustentável. O autor refere-se à sociedade civil como expressão da família, das comunidades, dos movimentos de base, organizações voluntárias e associações.

Aqui, as referências empíricas são as estratégias de sobrevivência e de resolução de problemas coletivos presentes em países periféricos, sendo essas estratégias vistas enquanto um reflexo de energias sociais liberadas das redes sociais.

A valorização dessas práticas é ainda reforçada quando o autor afirma:

A questão com que, cada vez mais, iremos nos defrontar, não é se o desenvolvimento é possível, mas que tipo de desenvolvimento será e, para responder a esta pergunta, o social deverá se tornar parte do nosso foco, tanto quanto o econômico e o político (WOLFF, 1991, p.62).

Numa perspectiva um pouco diferenciada, Arocena (1988) chama a atenção para a emergência nos anos 70 da perspectiva histórica que enfatiza o local ao resgatar o papel da história e das tradições e os modos diferenciados de desenvolvimento. Contrapondo-se ao evolucionismo - que destaca o ponto de chegada como fundamento do desenvolvimento, no caso as sociedades capitalistas centrais - o historicismo afirma a importância do ponto de partida, a sociedade local.

Arocena (1988) sugere que retomam-se elementos da linha historicista, mas vai além desta ao observar que a perspectiva do desenvolvimento local pressupõe não só conhecer recursos e potencialidades humanas do lugar, o ponto de partida, como também, tomar por referência um modelo, no sentido de utopia, o ponto de chegada, e buscar interferir no sistema, ou seja, nas regularidades estruturais avessas ao desenvolvimento local.

O autor ainda inclui, como parte da estratégia de desenvolvimento, a construção de um sistema local autônomo e mais integrado nas redes

globais. Diferentemente de Wolff, Arocena não exclui o Estado, nem os agentes econômicos como atores fundamentais do desenvolvimento, reforça-os na sua dimensão local, incluindo também os atores sociais, em particular os movimentos populares. Aqui o local aparece com certa autonomia, porém, articulado globalmente e o sentido de desenvolvimento segue uma ótica mais abrangente, incorporando as dimensões política, cultural e social.

Barquero (1993) e Knoop (1996), analisando a realidade europeia, afirmam a necessidade e possibilidade dos governos locais tomarem iniciativas para enfrentar o problema do desemprego. O primeiro discute o que seriam as novas estratégias de desenvolvimento tendo em vista a reestruturação do sistema produtivo local, o aumento dos postos de trabalho e a melhoria da qualidade de vida. Isso, através da promoção e/ou expansão da capacidade empresarial e reorganização da economia local, com mobilização de recursos internos e externos. O segundo autor especifica que o alvo prioritário das iniciativas locais devem ser as pequenas e médias empresas que, a longo prazo, possuem um maior potencial de absorção de mão-de-obra. Neste sentido, o autor situa como papel do governo local a oferta de condições para as empresas investirem com rentabilidade, dentre as quais a requalificação profissional, a melhoria da qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos e promoção da imagem do município.

Numa linha de abordagem, não tanto prescritiva como as anteriores, Hamel (1990) e Syret (1993) procuram identificar o que seriam as abordagens sobre desenvolvimento local, trazendo novas contribuições ao debate.

De acordo com Hamel (1990), há duas abordagens básicas que representam visões e práticas diferenciadas, levando em conta experiências e debates ocorridos em países de capitalismo avançado.

A primeira, denominada de elitista, estaria associada ao pragmatismo, próprio dos agentes econômicos e dirigentes políticos locais. A orientação, nesse caso, seria desenvolver vantagens

comparativas no sentido de obter melhores posições no mercado mundial para o município, distrito ou região, aprofundando a competitividade interurbana. Ações de modernização de empresas, formação de mão-de-obra em novas tecnologias, melhoria dos serviços e da paisagem urbana para tornar a cidade mais atrativa aos negócios, se enquadram nessa perspectiva.

Na segunda vertente, que Hamel (1990) denomina de social, o objetivo do desenvolvimento não seria tanto promover a cidade enquanto um negócio rentável, mas atender as necessidades sociais, pelo alargamento da democracia local em direção à dimensão econômica. Aqui situam-se, por exemplo, programas de fomento ao emprego e de reinserção social voltados para segmentos marginalizados e trabalhadores pouco qualificados.

Trata-se do que denomina de desenvolvimento auto-sustentável, que seria uma expressão do pensamento pós-industrial, caracterizado por idéias de sociedade autônoma, democrática e igualitária. De acordo com o autor, as diferenças no interior dessa perspectiva apontam para duas formas de realização: uma liberal, voltada para administração pragmática que poderia ser a elitista, e outra radical, que enfatiza a justiça social e a participação popular como ingredientes fundamentais do desenvolvimento, que poderia ser o social. Syret (1993) observa que, na prática, o elemento radical é sufocado, sendo apropriado pelos aspectos do empreendedorismo, parceria social e mobilização de recursos, vistos enquanto complementos políticos da liberalização do mercado.

Nessa perspectiva, Pacheco (1993, p.222) afirma que:

a experiência de formação do Consórcio Intermunicipal do ABC em 1991, ao lado de algumas outras (experiências) que despontam em municípios brasileiros, é indicativa de um movimento de reorientação dos governos locais, através da introdução na agenda política local de questões relativas ao desenvolvimento econômico e social.

A inovação neste tipo de experiência estaria no papel desempenhado pelo governo municipal, de articulador de forças e atores locais, e na perspectiva de conjugar desenvolvimento econômico, promoção da cidadania e preservação ambiental, com base em práticas de parceria e na busca da negociação. Enquanto isso, observa a autora, no padrão anterior de implantação de distritos industriais - o qual mobilizou muitas prefeituras nos anos 70 - o governo buscava atrair agentes externos de modo marcadamente paternalista e com poucas garantias de contrapartida para o município.

De um lado, é possível situar as abordagens elitista liberal de desenvolvimento local, de que falam Hamel (1990) e Syret (1993), ou do empreendedorismo urbano na concepção de Harvey (1989), em que a articulação entre economia localizada e o mercado globalizado rompe com as coordenadas ditadas pelo modelo anterior, assentados no Estado-nação. A reprodução desse modelo aparece, no entanto, pela possibilidade aberta de aprofundamento da competitividade interurbana em condições tais que são excluídas cidades ou regiões que não têm como desenvolver vantagens comparativas.

Observa-se, inicialmente, que a questão das possibilidades de financiamento tem a ver com a magnitude dos recursos necessários aos projetos e atividades que se quer pôr em andamento, frente a capacidade de investimento das finanças públicas locais e de captação de recursos de outras fontes, internas e externas. Supõe-se que a magnitude dos recursos demandados remete ao tipo de iniciativa, por exemplo, se o investimento é em infra-estrutura e serviços de ponta – mais custosos - ou no fomento de cooperativas de pequenos produtores. O tipo de iniciativa econômica, por sua vez, guarda certa relação com a perspectiva de desenvolvimento local adotada.

Em situações de projetos orientados por uma ótica tradicional, restritos a atração de grandes e médias empresas, o governo local tende a ser um agente central de financiamento, utilizando-se da

tributação com fins extra-fiscal - via isenção ou dedução de impostos e taxas – alocando recursos orçamentários em obras de infra-estrutura e/ou desfazendo-se de bens públicos. Essa mesma sistemática, segundo Moledo (1996), pode ser adotada numa perspectiva de estímulo a segmentos da economia popular e de fomento de micro e pequenas empresas locais, aliada à instituição da progressividade na cobrança dos tributos. Nestes casos, as possibilidades de financiamento dependem, num primeiro momento, do grau de comprometimento da receita pública com as despesas de custeio e, portanto, da capacidade de investimento.

Barquero (1993), analisando as restrições dos canais tradicionais de financiamento – via orçamento público ou o sistema financeiro privado – assinala como possibilidade para a renovação e criação de infra-estruturas, equipamentos e serviços, uma gestão que combine: o fortalecimento da cooperação entre esferas de governo: a parceria público-privado, e o pagamento de um preço ou tarifa pelos usuários. Com relação ao financiamento direto das pequenas e médias empresas, dadas as dificuldades de acesso aos produtos do sistema financeiro, discute uma série de iniciativas que estão sendo implementadas, com o apoio da União Européia e de governos, no sentido de ofertar créditos em condições mais favoráveis.

Knoop (1996), seguindo na mesma linha, afirma que na Europa os municípios contam com recursos adicionais de fontes estaduais, nacionais e da União Européia, tanto para obras de infra-estrutura, como para programas de investimentos das empresas. E, concordando com Barquero (1993), vê a cooperação público-privado como fundamental nas iniciativas econômicas locais, entendendo o setor privado como sujeito de desenvolvimento econômico.

Com relação à participação da iniciativa privada, aspecto que vem sendo bastante enfatizado com o emprego do termo parceria, há que se fazer a diferenciação entre: a incorporação de relações comerciais, de mercado, na produção e utilização de bens e serviços públicos; e a

parceria financeira entre o setor público e empresas ou ONGs com vistas a um empreendimento de interesse comum, mas que só indiretamente favorece os negócios privados.

No primeiro caso, incluem-se a cobrança de preço ou tarifa pelo acesso a bens e serviços, a concessão para operação privada de serviços públicos e a venda de ações de empresas públicas.

No segundo caso cita-se, por exemplo, o investimento em obras de infra-estrutura urbana, com suporte financeiro de empresas que têm seus negócios nas proximidades e se beneficiam da melhoria do acesso viário.

2.5 Patrimônio natural e turismo

A problemática ambiental do Brasil está marcada por um padrão tecnológico imposto ou importado dos centros, o que resulta, em geral, impróprio no sentido do aproveitamento do potencial sócio-ambiental das diversas regiões do país, conduzindo, em conseqüência, a uma degradação dos ecossistemas, a uma deterioração cultural e a uma perda da qualidade de vida da população.

Acrescente-se ainda, que o Brasil se sobressai mundialmente pelas suas dimensões continentais e por conter as maiores áreas contínuas de florestas intocadas, nas quais habita o maior número de espécies de fauna e flora do planeta. Em contraposição, apresenta graves casos de devastação das florestas. Todavia, é considerado o alicerce para o equilíbrio ecológico e climático da terra.

Os problemas e dificuldades sócio-econômicos acabam por conduzir a nação à carência de recursos para os estudos de planejamento ambiental ou planejamento turístico, e à falta de fiscalização e controle da destruição das florestas.

Ainda que possua uma legislação atualizada, a implantação de equipamentos e de programas direcionados para o turismo dentro de um enfoque preservacionista são desenvolvidos no Brasil sem o

necessário controle e fiscalização e, por isso, alguns deles originam uma série de impactos ao meio turístico, expondo a sobrevivência dos habitantes das comunidades voltadas ao turismo.

A degradação do ambiente e a poluição fizeram crescer uma onda de preocupações e conscientização ecológica. Tal advento tem contribuído para a disseminação de ações visando a harmonização das necessidades das gerações atuais com as potencialidades dos ecossistemas. Mas por outro lado, tem tido um papel relevante para a criação de estigmas e *slogans* que estão longe de solucionar os problemas ambientais, transformados freqüentemente em uma falsa questão dicotômica: meio ambiente ou desenvolvimento.

Como acertadamente afirmou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1999, p. 23):

Até recentemente, o planeta era um grande mundo no qual as atividades humanas e seus efeitos estavam nitidamente confinados em nações, setores (energia, agricultura, comércio, indústria, turismo etc.) e amplas áreas de interesse (ambiental, econômico, social). Esses compartimentos começam a se diluir. Isto se aplica em particular às várias crises globais que preocuparam a todos. Não são crises isoladas: uma crise ambiental, uma crise do desenvolvimento, uma crise energética. São uma só.

O que foi constatado na ECO-92, é que o valioso patrimônio ecológico está sob a propriedade e responsabilidade dos países mais pobres do mundo, localizados na África, Ásia e América do Sul. Buscar o ponto de equilíbrio e as soluções para estes problemas não deve ser considerado interferência internacional, mas como um assunto de cooperação global, e posicionamento frente ao poder econômico local aplicado ao turismo.

Beni (2001, p.60) atenta para o fato de que toda atividade econômica, até mesmo o turismo, é responsável pela deterioração ambiental. Assim, o autor, apesar de não responsabilizar o setor turístico por todo dano aos recursos naturais imposto aos locais onde se instale, lhe impõe uma parcela de culpa, indicando ainda outros responsáveis:

Assim, se juntam turistas, empresários, prestadores de serviços, atividades primárias e indústrias ao setor público, que, por não aplicar sanções e/ou não elaborar uma legislação ideal para o controle ambiental, aprofunda a degradação de ecossistemas com atrativos naturais.

Sugere o autor que a medida plausível para a conservação dos recursos naturais, conjuntamente com o aproveitamento de seu potencial turístico, seria a observação do turismo sustentável.

Conclui-se assim, que pouca ou nenhuma atividade econômica apresenta condições intrínsecas tão propícias para a conciliação do desenvolvimento com o meio ambiente quanto o turismo, que, voltado para a preservação da ecologia e da cultura autêntica, compõe o elo dessa tendência, que favorece a prática da educação ambiental e social e o retorno harmônico ao convívio com a natureza, a qual o homem moderno tanto necessita.

2.6 Turismo social

Beni (2001) aborda a estratificação do turismo “à semelhança da pirâmide social”, ou seja, uma estratificação sócio-econômica:

- ? Turismo de classe alta, de elite ou alto turismo – efetuado por pessoas de nível sócio-econômico mais alto, caracteriza-se pelo lançamento de novos pólos de atração turística, infra-estruturas mais arrojadas e complexas, serviços turísticos mais elaborados e dispendiosos, utilização de agências de turismo para a compra dos serviços, utilização de transportes rápidos e de hotéis de 4 ou 5 estrelas, maior consumo de supérfluos, e ainda, pela eleição livre de “datas de saída, permanência e retorno em diferentes alternativas de viagem”.
- ? Turismo da classe média, ou grande turismo, ou turismo de massa – destaca-se pelo expressivo número de turistas envolvidos. São pessoas que possuem relativa estabilidade econômica, ou seja, a classe média. Caracteriza-se por envolver menores custos que o

turismo de elite - dirigido para núcleos receptores menos complexos, por períodos e percursos mais curtos, pacotes de viagem mais econômicos, por determinar-se temporalmente em função das férias escolares e consumo mais razoável de supérfluos.

- ? Turismo social – Beni (2001, p. 421) descreve turismo social como aquele “fomentado com o objetivo de facilitar o turismo interno das classes menos favorecidas economicamente”. Sugere ainda o autor que a denominação mais adequada seria turismo socializado, a fim de que não seja confundido com o turismo de massa. Especificando também que este tipo de turismo é representado por 3 segmentos: jovens, idosos, deficientes e inválidos e trabalhadores que recebem até 5 salários mínimos.

Para a implantação de projetos de turismo socializado, serão necessários equipamentos e instalações especiais de baixo custo unitário, planejados em economia de escala com base na alta ocupação dos serviços durante o maior tempo possível; e programas de redução de tarifas de transporte, a serem subsidiadas pelo Estado, para facilitar o deslocamento às áreas receptoras especialmente escolhidas para este segmento social Beni (2001, p. 421).

Descobre-se que o desenvolvimento do turismo social acontece de formas diferenciadas conforme a sociedade envolvida. Para podermos analisar este desenvolvimento faz-se necessário um aprofundamento dentro das diferentes realidades onde o mesmo pode se desenvolver.

Os problemas encontrados para o funcionamento harmonioso do turismo social são cada vez maiores, e as soluções cada vez mais difíceis em se descobrir, em se pôr em prática. Neste aspecto, o que está acontecendo no turismo social é digno de interesse.

2.6.1 O Turismo social na Europa

Na Europa, o desenvolvimento do turismo é analisado e coordenado de forma conjunta entre os vários países envolvidos nos respectivos projetos turísticos, sendo os departamentos responsáveis uma união de

órgãos públicos e iniciativa privada. Assim, dentro do ponto de evolução do turismo, que se atingiu no continente europeu, se chegou ao consenso de que não se pode tratar dos problemas macros seguindo somente uma visão nacional, regional ou local (HAULOT, 2000).

Neste momento, atitudes mais audazes vêm tratando o turismo de forma integrada nas suas diferentes etapas, nas diferentes economias européias envolvidas, e conseqüentemente, os problemas sociais estão seguindo esta mesma linha de pensamento. É dentro desta perspectiva que a etapa constituída nos hábitos das massas e o seu possível acesso ao turismo apresenta o maior interesse dos envolvidos. Realizando certos aspectos especificamente turísticos do problema, pode-se indicar em que medida e a que níveis o turismo social pode contribuir para o equilíbrio econômico, tanto nas suas relações entre si como nas suas relações com o restante do mundo (HAULOT, Op. cit).

Cientes de que o papel do turismo na economia européia já é formalmente reconhecido, trata-se agora de perguntar-se em que medida uma política generalizada e audaciosa de turismo social pode contribuir para reforçar esta ação.

É fato afirmar que a indústria turística, diferentemente das demais atividades econômicas, não pode desempenhar seu papel no equilíbrio europeu se não lhe asseguram as condições de rentabilidade. O turismo social pode intervir neste momento como elemento regulador e como elemento compensatório.

É notado que os produtos turísticos internos europeus tradicionais tem sofrido transformações quanto a gostos e preferências, pela grande massa de consumidores, e diminuído o poder de compra individual dos pacotes turísticos tradicionais. O turismo social oferece a possibilidade de uma compensação apreciável porque representa o acesso ao turismo de uma clientela de pouca capacidade de gasto individual, porém enorme quanto a sua quantidade. Os transportes, a pequena e média hotelaria, as atrações turísticas interregionais poderão encontrar

neste segmento a compensação na redução de seus recursos tradicionais.

Por outro lado, mais sensível do que nenhum outro setor às variações dos preços, o setor do turismo social é evidentemente o que melhor pode responder a necessidade fundamental que tem a indústria turística de estender a duração anual de exploração do seu equipamento. Medidas de ordem social estão surgindo em todas as áreas como uma postura prática e efetiva do turismo social na Europa, hoje vistas como uma tomada de consciência europeia. Tal proposição apresenta a vantagem considerável de dar uma nova possibilidade de reativação do setor turístico com um segmento considerável de novos consumidores de menor poder aquisitivo, e colabora para a formação de uma nova postura de futuras gerações de europeus numa nova consciência de união europeia como povos diferentes mas unidos dentro de uma nova concepção de estado, com caráter social e novas condições de expansão (HAULOT, Op. cit).

Em curso há vários anos, a evolução do turismo social que engloba os movimentos de centenas de milhões de pessoas, tem feito progressos consideráveis em muitos aspectos: legislações, aumento de acesso ao turismo de segmentos menos favorecidos, facilidades de financiamentos de aquisições de equipamentos técnicos, esforço permanente de melhoramentos e de adaptações do que já existe. Porém, ainda existem obstáculos, como satisfazer a demanda, as condições que permitem adequar a capacidade de compra da clientela e as exigências de rentabilidade das instalações e do equipamento turístico (HAULOT, Op. cit).

As soluções que se apresentam para contornar estes obstáculos são a ampliação do período de ocupação das instalações, e o aumento da capacidade de compra dos usuários. A primeira tende a fazer cair o custo de amortização e, por conseqüência, o preço de venda dos alojamentos. Enquanto a segunda é natural supor o seu devido retorno.

O mercado europeu possui ainda como obstáculos: o psicológico, o familiar e o técnico. O primeiro, representado por clientes que negam-se a ter férias fora de certos períodos tradicionais consagrados como julho e agosto, verão europeu. O segundo, o obstáculo familiar, caracteriza-se por uma grande porcentagem de trabalhadores europeus que têm filhos na escola e, portanto, ficam impedidos de terem férias fora dos mesmos períodos de recesso escolar. E finalmente, aquele identificado pelas grandes indústrias e as empresas terceirizadas relacionadas com as mesmas, que possuem a necessidade de encerrar a produção de suas atividades dando férias coletivas durante o recesso escolar.

De todas estas considerações procedentes, pode-se depreender facilmente duas conclusões: em primeiro lugar, que o turismo social, no caso específico europeu, tem registrado um progresso sensível, tanto na sua doutrina ou aprofundamento de análise, como na sua aplicação prática. As perspectivas são de desenvolvimento para benefício inquestionável da sua cultura e bem estar das sociedades e das indústrias turísticas. Em segundo lugar, que a amplitude destas possibilidades e os seus benefícios diretos e indiretos para a sociedade, exigem que os responsáveis diretos pela coordenação e execução do desenvolvimento turístico, destas mesmas sociedades, tendam a dar maior importância aos estudos desenvolvidos nesta área, principalmente pela organização do turismo social, tornando-se objeto de maiores cuidados e importância.

Estas soluções constituem várias experiências conduzidas pela Comunidade Européia, as quais concluíram que somente o tempo e a constância sedimentarão a sua completa adaptação aos mercados.

2.6.2 O Turismo social no Brasil

No caso do Brasil, pode-se afirmar que o turismo social está ainda no meio acadêmico ou teórico, com poucos resultados práticos, seja na

iniciativa privada ou nos órgãos públicos estaduais e federais responsáveis. A Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo, quando da publicação da sua Política Nacional de Turismo datada de 1996, revelou o seu interesse em fomentar ou levar ao debate da sociedade esta questão:

Com o objetivo de resgatar a sociedade brasileira do isolamento e do abandono dos princípios de igualdade e oportunidades, tem-se a preocupação de promover ações direcionadas para possibilitar que as populações marginalizadas no mercado turístico, seja por motivo econômico ou contingências, tenham acesso ao turismo doméstico (PNT-EMBRATUR, 1996).

Desta forma, a Embratur objetivava a incorporação de novos consumidores ao mercado turístico, a melhora da qualidade de vida destas populações e o estímulo para que mais brasileiros pudessem conhecer o seu país e a sua cultura.

Tentou-se uma articulação com o iniciativa privada visando a baixa estação, onde existem os custos reduzidos e acessíveis do setor. No entanto, a resposta não foi significativa, talvez devido a histórica falta de continuidade dos programas federais ou o descompasso com outros órgãos como o econômico, ou a falta de unidade da sociedade num todo.

Pode-se ver esta questão por outra ótica de posicionamento, que seria revermos empreendimentos públicos ou privados surgindo de forma aleatória ou sem uma compreensão da sua dimensão dentro do contexto de turismo social e os seus efeitos para a grande sociedade carente de usufruir do turismo interno.

No caso do Brasil, encontra-se um mercado diferenciado do europeu, onde já existe uma consciência da sociedade e da sua unidade principalmente na economia e um poder aquisitivo mais próximo. O turismo social no Brasil tem objetivos parecidos, porém, dentro de uma realidade diferente.

Os objetivos, permitir o acesso ao turismo de uma parte da sociedade carente desse serviço e incrementar a indústria turística brasileira combatendo principalmente a baixa estação, são condizentes. Porém, como resolvê-los é que torna este processo mais complexo e necessário.

Novamente passa-se pelas questões de que o aumento do poder aquisitivo da população e a melhora no nível de vida são etapas necessárias. No entanto, tem-se no próprio exemplo europeu, que está nesse sentido num patamar bem superior, a conclusão de que somente estas questões não são suficientes para o processo se concretizar. Necessita-se também de todo um programa de apoio institucional e empresarial.

Teve-se na década de 80 uma tentativa nesse sentido que foi o Passaporte Brasil da Embratur. Tal programa permitia que com um mesmo bilhete aéreo se viajasse por várias regiões do País, com hospedagem em vários hotéis. Acrescentou-se ainda, uma campanha de mídia relativamente abrangente. No entanto, não houve uma aceitação da população, talvez pela não continuidade dos contratos dos agentes envolvidos, falta de continuidade de gerenciamento ou papel central do governo. Constata-se assim, que dentro do próprio governo não existe coordenação entre os vários ministérios que estão envolvidos e são necessários para o fomento do turismo.

Existe uma tendência ao incremento da hotelaria em todo o Brasil _ mas concentrada principalmente no litoral e regiões nordeste e norte_ de grandes complexos hoteleiros em lugares de extrema beleza natural e com o apoio federal e estadual, viabilizando a infra-estrutura e financiamentos para a sua instalação (PNT,1996) .

Porém, estes empreendimentos são viabilizados para um público de alto poder aquisitivo, o que não deixa de ser uma evolução do setor hoteleiro e um gerador de empregos diretos e indiretos. Mas seus efeitos e conseqüências também merecem um aprofundamento de estudos e análises. Primeiro, o local onde os mesmos

empreendimentos se instalam, geralmente de rara beleza natural, mas de poucas condições de infra-estrutura para uma devida qualidade de vida, garantida ao empreendimento hoteleiro através de construções a um alto preço com financiamento público. Tais questões geram no entorno imediata aglomeração de necessitados da região destes benefícios e que são atraídos pela possibilidade de emprego, luz, água ou comida. Cria-se uma urbanização acelerada artificialmente, sem planejamento, num meio ambiente frágil e que dificilmente absorverá este tipo de mão-de-obra após a conclusão do empreendimento. A hotelaria desse padrão exige um alto treinamento e mão-de-obra especializada. Uma grande parte dessa população do entorno, que encontra-se novamente sem perspectiva de trabalho e renda, parte então para serviços esporádicos ou para a criminalidade.

Conclui-se então, que o turismo social no Brasil necessita de investimentos na preservação do patrimônio arquitetônico e cultural das cidades, incentivos para o folclore e festas tradicionais regionais, e ainda, de planejamento para a absorção da população entorno em outros investimentos _ através de uma coordenação de trabalho entre o poder público e a iniciativa privada sabendo utilizar a participação popular a favor _ o que tenderia a surtir efeitos extremamente benéficos para toda a sociedade.

3 ESTUDO DE CASO: COSTA DA LAGOA

3.1 Caracterização da área

3.1.1 Caracterização da Ilha de Santa Catarina

O Município de Florianópolis, onde está situada a Costa da Lagoa, é a capital do Estado de Santa Catarina. A cidade tem uma área de 436,5 Km², e está localizada entre os paralelos de 27°10' e 27°50' de latitude sul e no meridiano de 48°25' de longitude oeste (IPUF, 2000).

A área do Município de Florianópolis divide-se em duas porções de terra: uma porção maior na Ilha de Santa Catarina, com 424,4 Km², sendo 54 Km no sentido norte-sul e 18 Km no sentido leste-oeste, e outra porção continental com 12,1 Km², separados por um estreito de 500 metros de largura. Unindo as duas porções do Município temos três pontes: Governador Hercílio Luz, Governador Colombo Salles e Governador Pedro Ivo Campos (PMF, 2000).

A porção referente à Ilha de Santa Catarina tem como limite leste o Oceano Atlântico, limite norte a Baía Norte e limite sul a Baía Sul; enquanto que a porção continental limita-se a oeste com o Município de São José. Geologicamente a Ilha de Santa Catarina está constituída por terrenos cristalinos, que formam a parte mais elevada da Ilha e terrenos sedimentares que constituem as partes baixas (SANTOS, 2001).

A Ilha de Santa Catarina é alongada, estendendo-se paralelamente ao continente, com uma linha de costa bastante recortada (172 Km lineares). Sua morfologia é descontínua, formada por cristas montanhosas, e por morros isolados, intercalados por pequenas planícies (PMF, 2000).

O clima na Ilha de Santa Catarina é inerente ao litoral sul brasileiro, com estações bem definidas e precipitação bem distribuída ao longo do

ano. As temperaturas giram em torno de 17,4°C no inverno e 26,6°C no verão (SANTOS, 2000).

A Ilha possui praias, promontórios, costões, restingas, manguezais e dunas, e ainda, seis bacias hidrográficas: Itacorubi, Rio Tavares, Ratones, Peri, Saco Grande e Lagoa da Conceição, onde encontra-se a Costa da Lagoa.

Contornada por mais de cem (100) praias e vinte (20) pequenas ilhotas, a ilha de Santa Catarina apresenta diferentes ecossistemas que se encontram interligados, desde remanescentes de Mata Atlântica à mangues e restinga.

Seu delicado ecossistema tem, entre outras particularidades, o fato de ser um sistema de transição da região tropical para a região temperada, ponto de encontro entre águas frias e quentes (locais de grande biodiversidade). Na Ilha também encontram-se os últimos mangues da Costa Americana no Atlântico Sul, que, como suas lagoas, baías e ilhas, são berçários de animais marinhos. As pequenas ilhas ao seu redor também situam-se na rota de migração transcontinental de muitas espécies.

Com a expansão da cidade e início da migração para a Capital, a localidade começou a ser ocupada por uma população migrante. Inicialmente o fluxo migratório foi interno à Ilha (composto por famílias originárias de outros bairros mais próximos do centro da cidade), posteriormente a migração deu-se através de famílias vindas predominantemente do interior do estado.

Este crescimento sócio-econômico influenciou os hábitos e costumes dos moradores da Costa, que vinham de uma tradição de pesca e cultivo de mandioca para atualmente desempenharem atividades no terceiro setor, lojas comerciais e restaurantes, no centro da Lagoa da Conceição e no centro da capital.

3.1.2 Caracterização da Costa da Lagoa

A Lagoa da Conceição é uma laguna costeira, de águas salobras, ligada ao mar através de um canal. Área central litorânea leste, circunda o ecossistema Lagoa da Conceição. Tem o seu aceso principal pela SC 404 e, secundários, pela SC 406 sul, vindo de Rio Tavares, e SC 406 norte, vindo de Ingleses. Tem como limite sul as dunas, a oeste uma linha de morros de relevo acidentado, à leste maciços rochosos e, em sua maior parte com feixes de restingas que a separam do mar (PMF, 2000).

As diversas localidades que compõe a Lagoa da Conceição sempre estiveram interligadas. São núcleos muito próximos que se faziam interdependentes, sendo a Lagoa da Conceição o local mais central e a localidade mais antiga desta região, cuja origem se deu a partir da provisão régia de 1750, com uma área de 55,28 km². Tem legalmente incorporada a ela as localidades da Costa da Lagoa, Praia e Parque da Galheta, Praia da Joaquina, Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa, Retiro da Lagoa, Praia Mole e Porto da Lagoa, todas conservando traços culturais das comunidades pesqueiras antigas, sendo que, no Canto da Lagoa, há vestígios arqueológicos indígenas muito antigos (AGENDA 21, 1998).

Neste contexto, encontra-se a Costa da Lagoa, encosta da margem oeste da Lagoa da Conceição, tombada pelo Decreto Municipal nº 247/86 como Patrimônio Histórico e Natural do Município de Florianópolis, estendendo-se desde a Ponta dos Araçás até a Ponta do Saquinho, totalizando uma área de 967,5 ha.

A Costa da Lagoa é uma colônia de pescadores, que nos séculos XVIII e XIX alcançou grande prestígio em função da produção de mercadorias locais, que eram intercambiadas com a Lagoa da Conceição e outros núcleos populacionais.

Nesta localidade existem resquícios históricos, arquitetônicos e arqueológicos, nos engenhos, casarões e sobrados ao longo do secular

caminho das pedras, tombado como patrimônio histórico e cultural, que liga a Costa da Lagoa à Lagoa da Conceição. A população local ainda desenvolve artesanalmente atividades de pesca e a renda de bilros, sendo que o lugar é zoneado como área de preservação cultural.

3.2 Turismo: a realidade na Costa da Lagoa

Sabe-se que a economia e o comportamento social da comunidade receptora são fatores determinantes na evolução do turismo. O turismo é então a expressão local, refletindo suas características. No contraponto, encontra-se o resultado desta ação: o turismo provoca, direta ou indiretamente, alterações substanciais em outras atividades produtivas da região, e ainda, em seu aspecto social e na qualidade de vida dos moradores.

O turismo gera empregos e amplia a possibilidade de rendas, e se for internacional, viabiliza a circulação de divisas. Beni (2001, p. 72) afirma que a relação turismo x economia “dependerá sempre da relação que resultar entre custos e benefícios, ou da relação de contabilidade”. Apregoa ainda o autor que o desenvolvimento do turismo depende da possibilidade de torná-lo rentável, principalmente em se tratando do caso de subvenções estatais a investimentos privados, pois nestes casos é importante que se comprove um retorno social para o investimento: geração de empregos e renda, oportunização de divisas, aceleração da economia, entre outros.

Esta simetria entre turismo local, política econômica e realidade social da comunidade receptora pode ser comprovada nas palavras de Barberis (apud BENI, 2001, p. 80): “a economia do turismo depende estritamente do seu modelo sociológico, da capacidade da população do país receptor de controlar os canais da despesa e do volume de investimentos”.

Beni (2001) apresenta três modelos sociológicos de desenvolvimento turístico vinculados ao capitalismo de três tipos diferenciados de

investidores: o empreendedor nativo, o grande investidor e o pequeno investidor local.

O primeiro modelo, denominado desenvolvimento autóctone, é o que reflete a realidade turística da Costa da Lagoa. Nesta comunidade o turismo é desenvolvido por empreendedores nativos, com capital popular. São iniciativas a princípio familiares, mas que já demonstram o interesse de ampliar-se sob formas mais organizadas, como por exemplo, a cooperativa de barcos, a Cooperbarcos, criada e gerenciada pelos moradores.

O grande capital da Costa da Lagoa é a excelência e complexidade de sua paisagem _ é um conjunto paisagístico composto por morros, lagoa e cascata, enriquecidos por uma vegetação profusa.

A infra-estrutura receptiva da Costa da Lagoa não recebe investimento estatal, sendo bastante rudimentar, composta por pequenos restaurantes e pousadas familiares. O retorno destes investimentos ainda são lentos, devido basicamente à diferença entre o fluxo da baixa e da alta temporada.

A economia da Costa da Lagoa é desenvolvida por dois tipos de atividade: a turística e a pesqueira. A primeira, centro de interesse desta pesquisa, revela o engajamento de toda a comunidade, especialmente porque ela é fonte de renda quase que exclusivamente da comunidade local _ além de praticamente não se utilizar de recursos externos, os que ali atuam profissionalmente são pessoas da própria comunidade.

O processo de migração do turista na Costa da Lagoa tem, em sua grande maioria, a duração de um único dia. São turistas que se deslocam até lá à procura da culinária artesanal ou motivados pelo próprio passeio. Geralmente chegam para o almoço e retornam no fim do dia. A realidade da atividade turística na Costa da Lagoa é de um bom movimento aos finais de semana, aumentando durante a alta temporada que encontra-se concentrada após o Natal e terminando

com o reinício dos anos letivos ou Carnaval. Feriados próximos como a Páscoa também possuem um bom movimento.

Cumpra ainda destacar que a publicidade do local é feita através do rudimentar e eficiente “boca a boca”, e que não há serviços de operadoras turísticas para o local.

Um fator relevante para o fluxo de visitantes para o local continua sendo o climático, o que torna os seus investimentos um risco. De acordo com o sistema de classificação de Köppen (MENDONÇA, 1999), o clima da Ilha é do tipo temperado, chuvoso e quente, Cfa (temperatura média dos meses mais quentes superior a 22°C, úmido o ano todo). Algumas festas noturnas no local têm atraído o segmento jovem com bons índices de público. Mas, novamente, o fator climático é relevante quanto ao seu êxito.

O acesso do turista ao local é feito pé, pelo caminho da costa _ uma trilha com 2,5 quilômetros, e com uma natureza de rara beleza _ ou de barco _ transporte que pode ser efetuado através da cooperativa de barcos dos moradores locais que exerce essa função, levando moradores e turistas, além de todo tipo de material.

Devido a beleza do local, a especulação imobiliária é intensa, apesar de ser uma área tombada, sendo este o mais perigoso elemento para a sobrevivência do local dentro das suas características, juntamente com a falta de infra-estrutura, principalmente de escoamento de esgotos domésticos e lixo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Considerações iniciais

Ao estudarmos fatos que integram a nossa sociedade, como é o caso do turismo, parte-se, em geral, de um modelo simplificado do objeto de estudo. À medida que aprofunda-se o conhecimento, passa-se a considerar um número cada vez maior de fatos ou elementos que possuem relação com o que está sendo estudado. Essas correlações precisam ser entendidas e analisadas para que o modelo utilizado seja o mais próximo possível da realidade que está sendo considerada, no caso, a comunidade da Costa da Lagoa e seus moradores.

Esta pesquisa possui a intenção de buscar o conhecimento para compreender a realidade. Como atividade, a pesquisa está ligada ao contexto histórico-sociológico dentro dos valores, ideologias e concepções da realidade da localidade estudada. Este envolvimento na realidade local faz com que os significados atribuídos aos diferentes fenômenos observados estejam condicionados pelo referencial interpretativo do pesquisador no momento em que este realiza a pesquisa no local.

4.2 Amostra

Foi realizado um questionário (Anexo 1) , visando a construção de um quadro descritivo da situação existente na Costa da Lagoa, baseado nas opiniões e atitudes dos moradores. Tal pesquisa foi definida por três grupos, divididos igualmente por faixa etária: jovens, adultos e idosos, sendo 50% dos entrevistados do sexo feminino e outros 50 % do sexo masculino, perfazendo um total de 150 questionários. A amostra foi selecionada intencionalmente, pois foram escolhidos moradores de classes sociais variadas, mas, que apresentavam como traço comum morar no local.

4.3 Modelo desenvolvido

O questionário (Anexo 1) foi elaborado seguindo uma ordem lógica: a primeira parte consta de dados pessoais e sócio econômicos; a segunda parte procura levantar os principais valores sociais e costumes habituais difundidos entre os grupos e também tendências prováveis a comportamentos anômicos.

Através do questionário, que foi respondido individualmente, foram levantados dados de identificação referentes à idade, sexo, escolaridade e ocupação. Levantou-se também, informações sobre o grau de escolaridade. Investigou-se sobre hábitos, práticas sociais e conhecimentos referentes a atividade econômica obtida através do turismo. Além disso, o questionário contém questões sobre formação de valores, costumes, normas, regras de comportamento no grupo, bem como a tolerância dos grupos quanto a atividade do turismo através de comportamentos sociais.

4.4 Procedimentos

O questionário (Anexo 1) foi aplicado na temporada de verão 2001-2002, na Costa da Lagoa.

Não foi exigida a identificação pessoal, para que o questionário fosse respondido com liberdade.

A escolha do local de aplicação, a Costa da Lagoa em toda a sua extensão, é proposital, pois existem diferentes situações tanto comportamentais como econômicas no local.

Quanto a diferenciação sexo, a psicologia do homem é diferente daquela da mulher. Ao formatar o produto é preciso levar em consideração o caráter das motivações tanto femininas quanto masculinas.

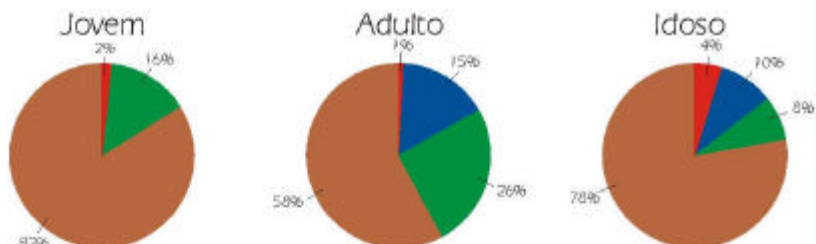
4.5 Apresentação e análise dos resultados

4.5.1 Considerações iniciais

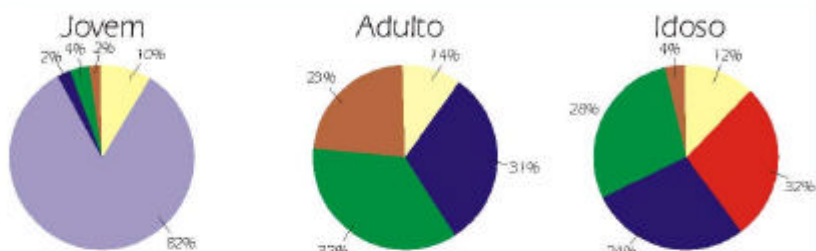
Os dados resultantes da pesquisa serão apresentados quantitativamente, na forma de gráficos (figuras 1 a 13). Os resultados apresentados irão indicar sintomas de comportamento social e cultural em jovens, adultos e idosos e levantar seus prováveis fatores.

Gráfico 1 - Escolaridade

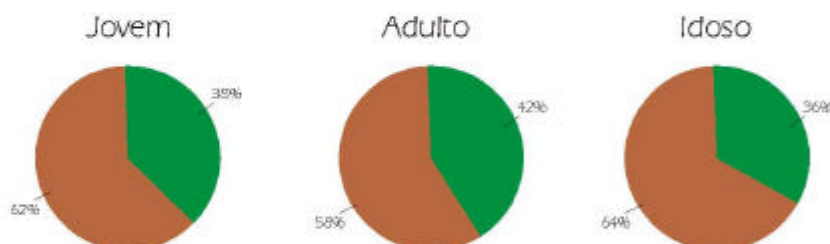
- - Primário
- - Secundário
- - Superior
- - Outros

**Gráfico 2 - Ocupação**

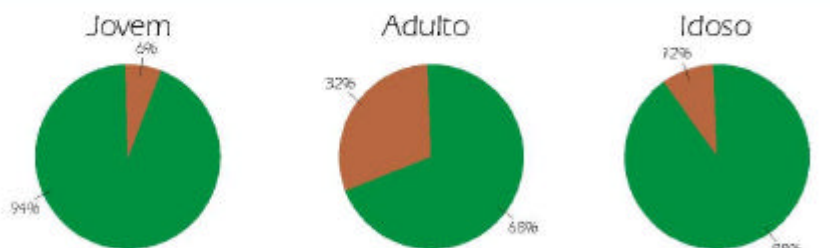
- - Comércio
- - Pesca
- - Do lar
- - Aposentados
- - Estudantes
- - Outros

**Gráfico 3 - Participação gestão populares**

- - Sim
- - Não

**Gráfico 4 - Participação Associação.**

- - Sim
- - Não

**Gráfico 4 - Proprietário ou Aluguel**

- - Proprietário
- - Aluguel

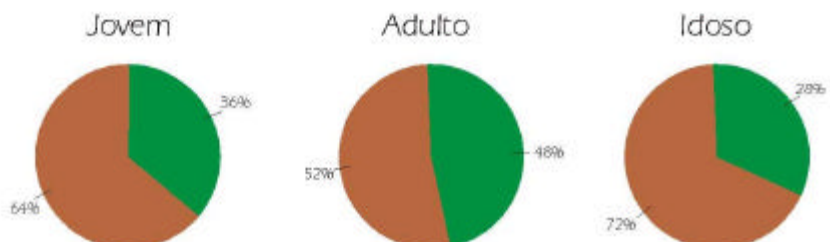


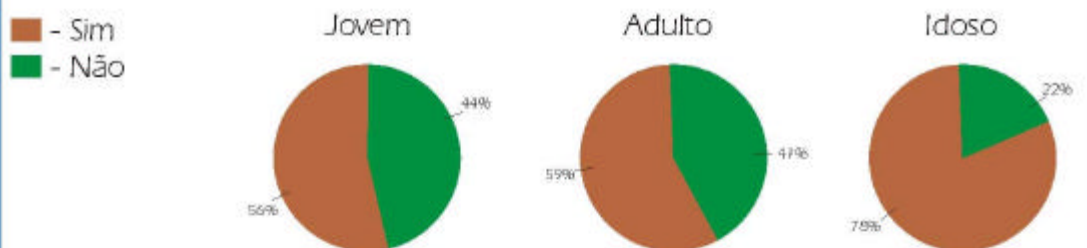
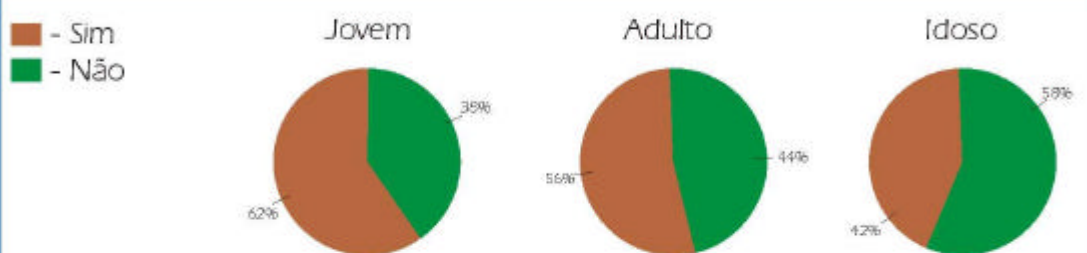
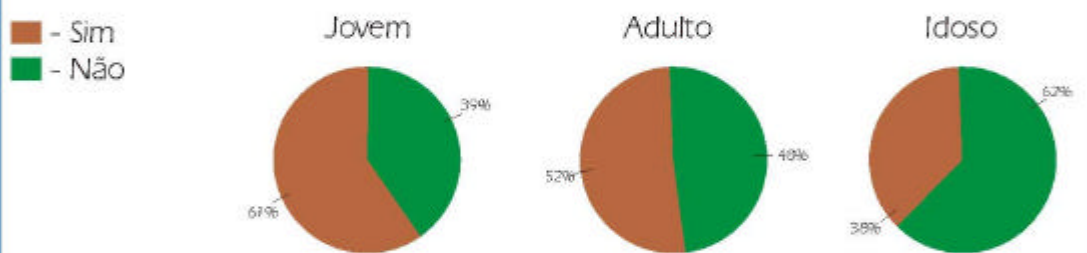
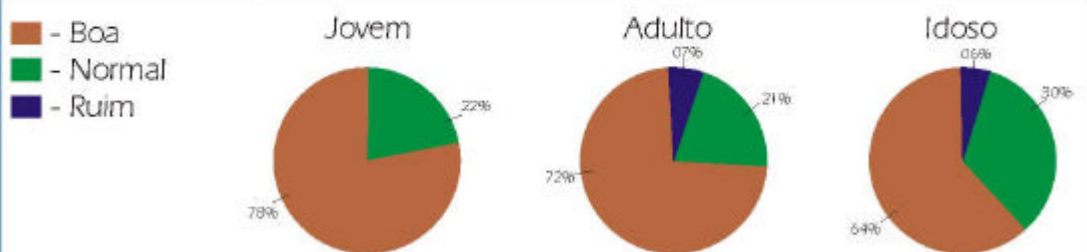
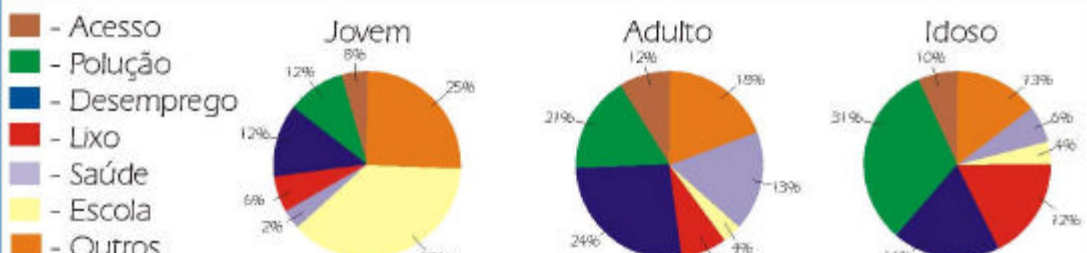
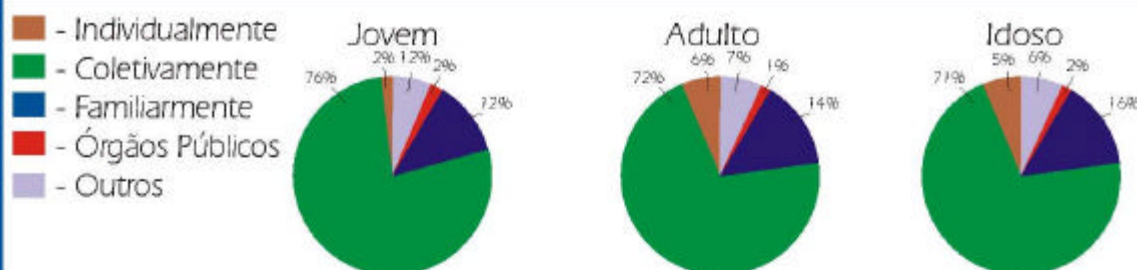
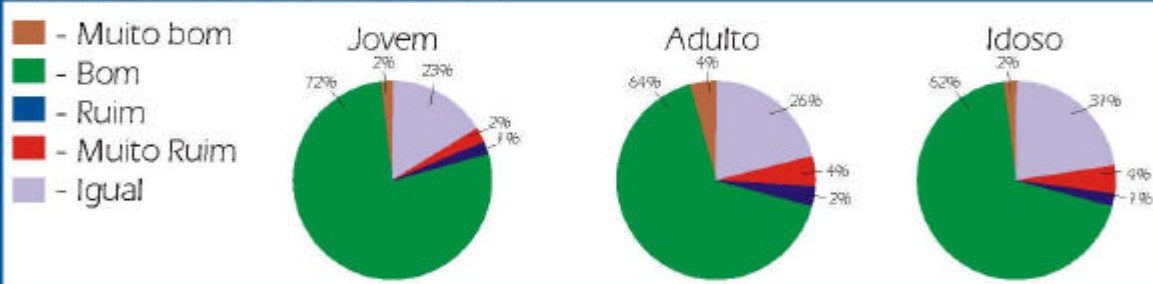
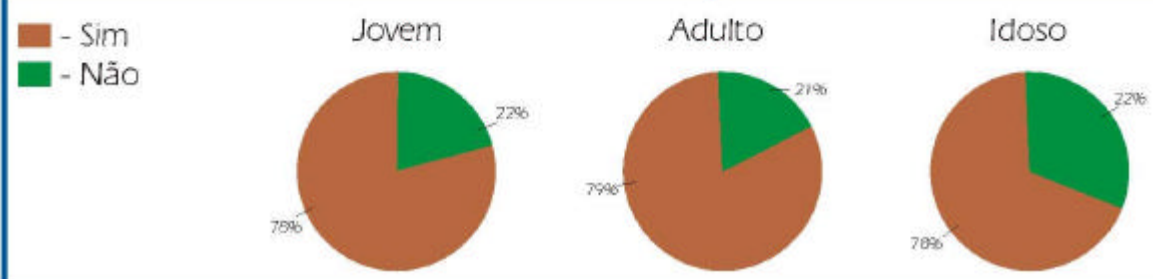
Gráfico 6 - Continuar morando na Colá.**Gráfico 7 - Turistas melhora da Costa.****Gráfico 8 - Turistas positivo p/ você.****Gráfico 9 - Cooperativa dos Barcos****Gráfico 10 - Problemas da Costa**

Gráfico 11 - Resolver os Problemas da Costa**Gráfico 12 - Futuro da Costa****Gráfico 13 - Resolver através da Associação**

4.5.2 Resultados

Este questionário (Anexo 1) obteve nas respostas destes três grupos diferenças de opiniões devido, sobretudo, a aspirações diferenciadas pela idade. Mas, na profundidade das questões os três grupos se aproximam muito, demonstrando um forte sentimento de valor às suas tradições e ao lugar onde vivem.

Na figura 1, referente à escolaridade, os entrevistados ficaram na sua maioria entre o ensino primário completo e incompleto, no entanto, no grupo de jovens há um sensível acesso aos cursos secundários e superior.

Na figura 2, referente à ocupação profissional, nota-se um grande número de moradores do sexo masculino, dos três grupos, ainda ligados à pesca, apesar de os mesmos afirmarem que este setor não está apresentando um retorno econômico para os custos que produz. Estes entrevistados declararam, informalmente, sua vontade de dedicar-se ao atendimento de visitantes e turistas que freqüentam a Costa da Lagoa, objetivando um auxílio nas suas economias. Já no sexo feminino, a principal ocupação é nos afazeres domésticos, demonstrando um nível de tradição e que mudanças econômicas acontecem, mas de forma gradual. Este item foi elaborado para ter-se uma noção das ocupações dos entrevistados e desta forma pode-se notar que o perfil da comunidade atende ao perfil de coletividade.

A figura 3, objetiva saber se as festas populares ou tradicionais estão em declínio no interesse desta comunidade e o percentual de participação. O percentual positivo obtido nas respostas foi expressivo nos três grupos, numa média de 62%, devido, principalmente, ao perfil das suas festividades populares ou tradicionais que mesclam religiosidade, culinária e hábitos comerciais ou esportivos. Esta posição é significativa e demonstra um grau de preservação da comunidade quanto aos seus costumes e tradições.

Já a figura 4, refere-se à participação em associação ou cooperativa. Nota-se uma queda, ficando em torno de 20% de participação. Os dados obtidos servem para concluir-se que a comunidade possui um espírito de coletividade, no entanto, devido a falta de condições, não oficializa ou padroniza esta coletividade. A própria cooperativa de barcos no momento não está aceitando o ingresso de novos membros.

Na figura 5, o perfil é na sua maioria composto de moradores com casa própria. Este elemento é importante para a comunidade que está sofrendo um acelerado processo de ocupação urbana e possui como um dos mais antigos valores a característica de membros da mesma família morarem próximos.

Na figura 6, referente à predisposição de continuar morando no local, constata-se que uma expressiva maioria pretende continuar no local, numa média de 62% nos três grupos, o que demonstra o interesse na continuidade e preservação da localidade. Estes dois últimos itens servem para se obter dados quanto ao presente e futuro da ocupação dos moradores nativos.

Na figura 7, questiona-se se a vinda de turistas é benéfica para a localidade. Nota-se aí uma diferença entre os grupos de jovens e idosos, onde o primeiro grupo aprova, em sua maioria (62%), a presença dos turistas, enquanto que o segundo os desaprova (42%). Esta questão é positiva para analisarmos o grau de retração de uma comunidade com o turismo, ou nível de saturação.

Já na figura 8, é perguntado se o turista é positivo para o morador, de forma individual, notando-se novamente diferenças mais acentuadas entre os grupos de jovens, mais abertos às novidades, e o grupo dos idosos, mais resistentes a mudanças, mas que entendem tratar-se de algo necessário e inevitável.

A figura 9, refere-se à cooperativa de barcos. Esta pergunta é importante porque é o melhor exemplo que a comunidade possui de trabalhar em grupo de forma cooperativa oficial e profissional. A resposta em todos os três grupos foi excelente: uma média de 78% dos entrevistados responderam que é boa a prestação dos seus serviços. Este item é importante porque obtêm-se dados positivos para uma continuidade de trabalhos coletivos através de uma associação de moradores em que o turismo pode ser desenvolvido.

Na figura 10, questiona-se os problemas mais importantes da localidade: a poluição e a falta de uma escola adequada foram os mais indicados.

Na figura 11, a respeito da maneira mais indicada para solucionarem-se os problemas da localidade a resposta mais indicada nos três grupos, de forma categórica, foi “coletivamente”, com uma média de 76% de indicações. Novamente, pode-se notar a característica de trabalhar em coletividade.

Na figura 12, quanto ao futuro, o retorno das respostas é positivo e otimista, com uma média de 70% nos três grupos. Este item é necessário para analisar-se como a comunidade visualiza-se quanto ao futuro e às mudanças.

Já na figura 13, levanta-se a possibilidade dos moradores resolverem seus problemas através de uma associação. A resposta afirmativa veio de 78% dos jovens, 79% dos adultos e 78% dos idosos, o que demonstra que esta comunidade está apta a dar continuidade ao turismo social e ainda, a desenvolver um trabalho associativista.

5 PROPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO DO TURISMO SOCIAL

Este estudo encontra-se numa fase que pode-se denominar de inicial ou local, cuja pesquisa limita-se aos moradores locais e a sua situação com relação ao meio, costumes e tendências econômicas.

Para o estudo completo de viabilidade de um desenvolvimento turístico participativo da localidade, dentro de uma visão de turismo social, onde os moradores locais são peça fundamental no planejamento, execução e coordenação, é necessário que se obtenha dados e informações das três partes envolvidas: moradores locais, consumidores ou turistas e órgãos públicos responsáveis.

Através de pesquisa de campo, obteve-se dados da localidade e dos moradores no intuito de verificar se existem condições de desenvolver-se este estudo teórico e como o mesmo pode vir a ser implantado na localidade. A partir dos dados obtidos, detectou-se a vocação para o trabalho em grupo, a receptividade aos turistas e um modelo de cooperativa já em funcionamento e com boa aceitação dos moradores.

O planejamento dentro da atividade do turismo necessita de vários fatores para a sua implantação, os quais tornam viável as execuções de projetos. Pode-se citar os fatores históricos, culturais, sociais e religiosos entre os mais influentes nas tomadas de decisões ou hábitos, tanto dos participantes diretos como dos indiretos, fazendo com que o projeto atinja o seu pleno desempenho.

Apona-se como primordial a participação dos elementos diretamente envolvidos no desenvolvimento turístico de uma localidade para que o mesmo possa atingir uma continuidade. Com a sua efetiva participação nas decisões acerca do desenvolvimento da atividade turística na sua localidade tende-se a que estes mesmos elementos assumam a responsabilidade de auxiliar na sua implantação, desenvolvimento e fiscalização.

Desta forma, torna-se necessário também, obter dados através de pesquisa de campo, dos visitantes, usuários habituais, turistas ou consumidores, obtendo-se um perfil do público consumidor, quanto aos seus gostos, opiniões e preferências acerca da localidade da Costa da Lagoa. Estes dados são fundamentais para observar-se a realidade dos envolvidos e se os objetivos destas duas partes envolvidas possuem condições de harmonizar-se e possibilidades de realizá-lo.

Numa terceira etapa, para fechar o processo de estudo do meio e dos fatores externos atuantes, torna-se essencial que os órgãos responsáveis sejam incluídos no processo de forma a encontrar-se condições para um maior envolvimento dos mesmos com os moradores e criando condições de conscientização da importância da participação comunitária.

A tendência dentro deste planejamento de turismo social é uma maior participação dos moradores locais nos seus destinos, um aumento de consciência nas suas responsabilidades e ações e uma noção de que o indivíduo é uma peça importante na preservação do seu meio.

Existem várias exemplos no mundo, inclusive no Brasil, que já estão desenvolvendo o planejamento e execução de ações comunitárias de forma participativa e a tendência é, caso haja uma correta coordenação, expandir-se.

No caso, a localidade da Costa da Lagoa, crê-se estar apta a desenvolver esta participação de forma organizada e responsável, com a união dos responsáveis envolvidos, de forma a que este patrimônio único possa harmonizar-se com os novos tempos mantendo-se, com as suas características culturais e ambientais preservadas.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

6.1 Conclusões

Este trabalho objetivou o levantamento de informações sobre a realidade sócio-econômica da Costa da Lagoa - Florianópolis, com a intenção de mapear tanto as possibilidades acerca de montagem, quanto dos fundamentos da implantação sistemática do turismo social nesta comunidade, através de um estudo mais aprofundado e embasado pela pesquisa de campo, no relacionamento de um objetivo prático e outro de conhecimento.

Tal pesquisa contribuiu para o melhor equacionamento da problemática central do ponto de discussão. Trata-se também de se obter informações que seriam de difícil acesso por meio de outros procedimentos e que interessam não apenas aos participantes da pesquisa como também a um público maior. A relação entre esses objetivos é variável e deve ser assumida com realismo, isto é, sem exagerar as possibilidades da pesquisa, procurando estabelecer um equilíbrio entre as várias ordens de preocupações.

Desta forma, pôde-se acompanhar neste trabalho, um movimento surgindo diante das necessidades de uma comunidade e como o meio técnico e teórico pode vir a contribuir, seja através do turismo social ou da união de esforços para resguardar uma comunidade e ecossistema únicos.

As experiências analisadas, como parte de um estudo de caso, trazem algumas evidências que possibilitam enriquecer as referências teórico-metodológicas apresentadas.

Depreende-se, através da pesquisa, a viabilidade da ampliação do turismo social na localidade da Costa da Lagoa, ou seja, a comunidade encontra-se no momento ideal para o desenvolvimento do turismo social, pois conserva as características

ainda originais de seu ambiente, e já tem na atividade turística uma realidade econômica concreta, e ainda, constata-se a existência de maturidade dos moradores para o desenvolvimento de um projeto maior.

Esta característica de maturidade advém da história de sobrevivência de sua comunidade, que ao longo de sua trajetória utilizou-se da pesca e da agricultura familiar de sustento. Assim, é uma comunidade acostumada a trabalhar em grupo, de forma cooperativa, pois na pesca dividem-se os custos e os lucros. Também a falta de uma estrada adequada para que se efetue o transporte e o recolhimento de lixo, contribuiu para que os moradores se organizassem no intuito de dirimir mais este problema. Desta forma, o espírito de cooperação e associação já está presente no local.

Denota-se que o ambiente é propício a um desenvolvimento turístico cooperativo, especialmente por já existir em funcionamento no local um empreendimento de sucesso nesta área, uma cooperativa de pequenas embarcações – Cooperbarcos - utilizada no transporte de moradores, mercadorias e turistas.

No entanto, sugere-se a inserção de um planejamento de cuidados com a atividade turística a fim de evitar problemas com o acúmulo de lixo e a ocupação desordenada de construções irregulares, e também uma melhoria na sinalização existente no local, bem como a criação de fundos comunitários arrecadados através de contribuições dos turistas, e que se destinariam a dirimir problemas resultantes da atividade turística.

Finalmente, aponta-se como grande impulso para a efetiva implantação do turismo social na Costa da Lagoa, a organização desta comunidade sob a forma associativa ou cooperativa, onde sejam preservadas a gestão democrática e seus valores de autenticidade e socialização, e ainda, que sejam adotados valores de referência adequados à sua realidade, tanto estrutural quanto conjetural.

6.2 Recomendações para futuros trabalhos

Dentro dos dados e da realidade sócio-econômica obtida neste trabalho com o morador local, em cima da atividade turística através de pesquisa de campo, recomenda-se a continuidade do mesmo trabalho

obtendo-se uma nova visão, em cima do consumidor ou turista. Recomenda-se então, uma análise do planejamento e administração por parte dos Órgãos Públicos responsáveis para então completar o ciclo dos participantes deste fenômeno econômico e social e para diagnosticar-se formas de melhorias à localidade de maneira a viabilizar o desenvolvimento da mesma através de um crescimento sadio e harmonioso entre o homem e o ambiente.

Dentro de uma segunda etapa, tendo os resultados obtidos demonstrando que a comunidade esteja preparada para um trabalho de sociedade ou associação, pode-se partir para um trabalho de conscientização da comunidade, para o trabalho comunitário, preservando e desenvolvendo o meio.

Conseqüentemente, na terceira etapa, passaria-se à efetivação da comunidade como associação, onde, com apoio técnico de institutos idôneos, implantaria-se o processo e passaria-se a monitorá-lo.

Desta forma, pode-se, através da comunidade unida, viabilizar-se soluções para os próprios moradores da Costa da Lagoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, M. A. **Promoção Turística: um enfoque metodológico**. São Paulo: Pioneira, 1991.
- AGENDA 21. **Bases para discussão**. Versão preliminar, MMA. 1998.
- AROCENA, J. **Los paradigmas del desarrollo local**. Cuadernos del Claeh, Montevideo: Claeh, 1998.
- BARQUERO, A. V. **Política económica local: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1993.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1995.
- BENEVIDES, I. P. O PRODETUR-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2001.
- DENKER, A. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- EMBRATUR. Departamento de Estudos Econômicos. **Conceitos Turísticos**. Divisão de Economia do Turismo. 1991.
- _____. **Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas**. Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo, 1996-1999.
- HAMEL, P. **Developpement local: une nouvelle culture politique**. Espaces Temps. Paris: Association Espec Temps/CNL, (43-44): 43 - 49, 1990.
- HARVEY, D. **From managerialism to entrepreneurialism: the transformation**. Estocolmo: Geografiska Annaler, (71b): 3-17, 1989.
- HAULOT, A. **Turismo social**. México: Trillas, 2000.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IPUF. **Roteiros do ambiente – trilhas interpretativas**. Disponível em <http://www.ipuf.sc.gov.br>. Acessado em 14/02/2001.

KNOOP, P.A, OWEN, R.M, and Morgan C.L (1996) **The Paleoproductivity Records from the Clarion**. EOS, Transacions, American Geophysical Union, Sering, 1996 Meeting, Baltimore, Maryland.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LOIOLA, E. e MOURA, S. A Economia Globalizada e o Desenvolvimento Revisitados. In **Gestão em Debate**. Salvador, NPGA/EAUFBA,(0): 1-20, 1995.

MAIA, I. **Cooperativa e prática democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MOLEDO, L. M., e Santos Rego, M.^a.1997. Sentido y posibilidades de la intervención educativa en **Las Cárceres**. Revista Jurídica Galega (15),309-327.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Demanda turística internacional 2000**. Disponível em: <
http://www.embratur.gov.br/conheca/outrosassuntos/viva_seu_novo_brasil.asp?id=0
> Acesso em: 20 dez. 2000.

PACHECO, R. **Iniciativa econômica local**: a experiência do ABC. Fingermann, H. (org). Parceria Público-Privado, v.2, São Paulo: Summus Editorial, 1993.

PMF. **Perfil de Florianópolis**. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/perfil_de_florianopolis/right.html. acessado em 14/02/2002.

SANTOS, L. M. dos. **Informações sobre área de risco geotécnico e pluviométrico como contribuição ao planejamento urbano**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SYRETT, S. Local economic initiatives in **Portugal**: reality and rhetoric. international journal of urban and regional research. Oxford/Cambridge, Blackwel Publishers, 8-17 (4), 1993.

SOUZA, A. M, CORREA, M. V. M. **Turismo**: conceito, definições e siglas. 2^a ed. Manaus: Valer, 2000.

WAHAB, S. A. **Introdução à administração do turismo**. Trad. Luiz Roberto de Moraes Junqueira. São Paulo: Pioneira, 1991.

WOLFF, A. **Três caminhos para o desenvolvimento**: mercado, estado e sociedade civil. Coleção Democracia: A Democracia como Proposta. Rio de Janeiro, IBASE, 1991, 35-63.

APÊNDICE

Apêndice 1: Questionário

Questionário com objetivo de avaliar o turismo na Costa da Lagoa quanto à visão dos moradores locais.

Questionário para Dissertação de Mestrado na Engenharia de Produção em Empreendedorismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nome:

Data:

Idade:

Endereço:

Escolaridade:

Ocupação:

1-Você participa das festas populares ou tradicionais da Lagoa ?

()sim ()não

2-Você participa de alguma associação ou cooperativa ?

()sim ()não

3-Você é proprietário ou mora de aluguel no local ?

()proprietário ()locatário

4-Você pretende continuar morando no local ?

()sim ()não

5- Você acha que a vinda de turistas é benéfica para a Costa da Lagoa ?

sim não

6-Você acha que a vinda de turistas é positiva para você ?

sim não

7-Como você considera a Cooperativa dos Barcos ?

boa ruim normal

8-Quais os principais problemas da Costa da Lagoa.

acesso poluição desemprego lixo saúde escola

9-Como se resolvem os problemas na Costa da Lagoa?

individualmente coletivamente familiarmente
 órgãos públicos.

10-Qual sua opinião sobre o futuro da Costa da Lagoa ?

bom muito bom ruim muito ruim igual.

11-Você acha que se podem resolver os problemas da Costa da Lagoa através de uma associação dos próprios moradores ?

sim não

Comentários: